

ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS -  
CERH

1 Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e quinze às nove horas da manhã no  
2 Centro de Educação Ambiental em Teresina, foi realizada a terceira e última reunião  
3 anual do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. A reunião iniciou com a fala do  
4 Superintendente de Recursos Hídricos da SEMAR, Romildo Mafra, desejando um bom  
5 dia aos presentes e propondo a elaboração de uma agenda para dois mil e dezesseis.  
6 Em seguida fez referência à eleição para o novo biênio do Comitê da Bacia Hidrográfica  
7 dos Rios Canindé – Piauí que será realizada no próximo dia nove de dezembro em  
8 Picos. Falou ainda sobre o processo de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio  
9 Parnaíba, e da necessidade de se buscar recursos através do Fundo Estadual de  
10 Recursos Hídricos para que esses Comitês realmente funcionem. Disse que no ano de  
11 dois mil e dezesseis, o problema será a crise hídrica que já vem atingindo quase todos  
12 os municípios do estado em virtude da escassez de água. Em seguida falou sobre a  
13 iniciativa do Governo do Estado através do plantio de mudas no leito e nas margens  
14 dos rios com o objetivo de revitalizar estes; E citou o rio Piauí, na região sul do estado  
15 como projeto piloto. Após sua fala, solicitou que cada um dos presentes se  
16 identificasse. Na sequência o representante da APPM, Francisco de Assis, falou sobre  
17 as reuniões dos comitês de bacias, que muito se discute, mas nada se tem feito. Disse  
18 que o fórum maior são as bacias, e que é necessário dar ênfase as reuniões dos  
19 Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Canindé-Piauí e Gurguéia, e que estes  
20 participem do processo de criação do CBH do Rio Parnaíba. Em seguida Romildo Mafra  
21 falou sobre a Portaria nº 101/2015 que dispõe sobre a autorização para perfuração e  
22 recuperação de poços tubulares no Estado do Piauí, frisando a necessidade de realizar  
23 estudos para que as ações tenham eficácia. O Diretor de Recursos Hídricos do IDEPI,  
24 Geraldo Magela, fez referência ao Artigo 31 dessa portaria, e falou sobre a necessidade  
25 de ser revista em caráter de urgência, solicitando que fosse feita a seguinte  
26 observação ao texto: “que reconhecendo a importância de se ter um estudo detalhado  
27 para evitar o desperdício de água, especialmente na região dos poços jorrantes,  
28 considera a mesma muito ampla e atingindo áreas do semiárido e cristalino.” Ou seja  
29 que se proíba a utilização da água do aquífero Serra Grande restringindo-se à região  
30 dos poços jorrantes, onde há desperdício de água. Em seguida Romildo Mafra falou  
31 sobre o trabalho realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Teresina –  
32 SEMAM para revitalizar o Rio Poti. Edson Falcão do CREA – PI falou que a liberação de  
33 lixo tóxico depositada no rio é muito forte e de forma desordenada, destacando a  
34 necessidade de realizar um trabalho de educação ambiental. Em seguida Pedro  
35 Monteiro falou sobre a minuta resolução do CERH que trata sobre o agrupamento das  
36 doze bacias hidrográficas em cinco regiões hidrográficas. Claudinei Feitosa da SEMAM  
37 sugeriu que fosse incluída a cidade de Teresina na composição da bacia do Poti. Após  
38 as observações, esta foi aprovada por todos os presentes. Segundo Pedro a ideia é que  
39 o decreto seja revisto permanentemente, pois destacou-se apenas a participação dos  
40 municípios, mas é necessário que se faça o levantamento topográfico, e a divisão das  
41 bacias delimitadas pelas coordenadas geográficas. Na sequência apresentou a minuta

ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS -  
CERH

42 do Plano de Capacitação e informou que este é uma das metas do Progestão, e como  
43 envolve o CERH, a SEMAR e usuários de um modo geral, que tenham interesse em  
44 conhecer a gestão dos recursos hídricos, recomenda-se que se tenha a aprovação do  
45 CERH. Sobre o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, alguns  
46 Conselheiros indagaram se mudaria ou substituiria o processo de análise para  
47 perfuração de poços. Segundo Pedro a portaria muda o procedimento de análise e  
48 licenciamento de poços, e que o treinamento está previsto para 2016, onde se dará o  
49 passo a passo do cadastramento na plataforma CNARH, bem como o esclarecimento  
50 de eventuais dúvidas. Ressaltou ainda que está sendo elaborado um manual operativo  
51 de outorga com toda a documentação necessária, para facilitar o cadastro. Após a  
52 aprovação da minuta foi apresentado o edital para convocação das entidades  
53 habilitadas no CERH a participarem do processo eleitoral para a nova diretoria do  
54 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gurguéia. Logo em seguida foi exposto o Relatório  
55 de Autoavaliação do Progestão 2015, onde Pedro abordou sobre o Seminário ocorrido  
56 em Brasília nos dias 17 e 18 de novembro do corrente ano, onde foram apresentados  
57 os desafios do estado do Piauí, bem como de outros estados. Disse que o PROGESTÃO  
58 se divide em metas Federais e Estaduais, sendo que a primeira é avaliada pela Agência  
59 Nacional de Águas – ANA, pois envolve todo o contexto nacional. Pedro apresentou  
60 cada meta - sala de situação, plataformas de coleta de dados, barragens, água  
61 subterrâneas e conjuntura, destacando as semelhanças e diferenças entre os estados.  
62 Frisou que a realização dessas metas depende do estado, pois é necessária a  
63 contratação de técnicos e uma reforma na estrutura física da SEMAR para que essas  
64 ações sejam efetivadas. Ressaltou que o principal desafio do Estado do Piauí é a  
65 implantação da sala de situação, onde deverão ser monitorados os eventos críticos  
66 hidrológicos e de seca. Após a apresentação Pedro solicitou que todos os Conselheiros  
67 analisassem o relatório do PROGESTÃO e enviassem suas observações por e-mail, para  
68 posteriormente enviar à ANA. Dando sequência Romildo Mafra fez referência ao  
69 decreto nº15. 965 de 2015 que trata das competências da Comissão de Fiscalização e  
70 Gestão de Barragens, que ainda há dúvidas com relação às competências da SEMAR e  
71 o do IDEPI. Geraldo Magela (IDEPI) disse que é necessário um maior esclarecimento  
72 para ambas as instituições. Pedro Monteiro (SEMAR) disse que está sendo elaborado  
73 um decreto, onde será delimitada a competência de cada órgão relacionado às  
74 barragens, bem como sua área de atuação. Ao finalizar sua fala, o Superintendente  
75 sugeriu a elaboração de um calendário para realização das reuniões do CERH no ano  
76 de 2016. Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada em sete de dezembro de  
77 dois mil e quinze.